

Memórias de Formação de uma professora normalista no Instituto Nossa Senhora dos Anjos

Memories of Formation of a normalist teacher at the Nossa Senhora dos Anjos Institute

Gercina Ferreira da Silva*, Alberto Damasceno, Clarice Melo, Joaquina Ianca Miranda, Jefferson Felgueiras, Danielly Cristinne Barbosa de Campos ¹

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar as memórias de formação de uma professora normalista, no Instituto Nossa Senhora dos Anjos (INSA), no município de Abaetetuba/PA. Para isso, foram utilizadas como fontes: a autobiografia da professora normalista Joserlina Maués de Moraes e suas memórias no Curso Normal, presentes na Dissertação de Mestrado intitulada: “Escritas de Histórias: formação e prática profissional em uma abordagem autobiográfica”, defendida em 2001. Acrescenta-se também, o histórico escolar, livros, apostilas, Decreto-lei do Curso Normal de 1946. Joserlina viveu sua formação nos anos de 1963, quando entrou na terceira série do primário, prosseguindo seus estudos como bolsista no Instituto católico, até sua formação como professora normalista, em 1971.

Palavras-chave: Memórias; Normalista; Políticas Educacionais; Amazônia.

ABSTRACT

This work aims to analyze the memories of the formation of a normalist teacher at the Instituto Nossa Senhora dos Anjos (INSA), in the city of Abaetetuba/PA. For this, the following sources were used: the autobiography of the normalist teacher Joserlina Maués de Moraes and her memories in the Normal Course, present in the Master's Dissertation, entitled: "History Writings: training and professional practice in an autobiographical approach", defended in 2001. Also added is the academic record, books, handouts, Decree-law of the Normal Course of 1946. Joserlina experienced her training in 1963, when she entered the third grade of elementary school, continuing her studies on a scholarship at the Catholic Institute, until her training as a normalist teacher, in 1971.

Keywords: Memories; Normalist; Educational Policies; Amazon.

¹ Universidade Federal do Pará.

*E-mail: ferreiragercina@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho tece memórias do cotidiano de uma ex-aluna do Instituto Nossa Senhora dos Anjos (INSA), que como estudante da instituição escreveu uma autobiografia sobre o percurso feito até sua formação como professora normalista na década de 60. O objetivo principal nos leva a analisar as memórias de formação de uma professora normalista no Instituto Nossa Senhora dos Anjos (INSA) no município de Abaetetuba do Estado do Pará no Brasil. Aqui iremos trazer memórias do cotidiano em que a professora contempla em seu trabalho de dissertação que será usado como fonte da época vivida pela docente intitulada “Escritas de Histórias: formação e prática profissional em uma abordagem autobiográfica“, defendida no ano de 2001 pela Universidade da Amazônia.

Ao entrar em contato com a obra é possível observar que esta investigação se prima pelo olhar da professora em nos trazer uma parte da história de sua vida escolar como também algumas representações sociais da época sobre o curso de normalistas - que hoje podemos observar que a autora está com 71 anos - em suas múltiplas relações como também um apanhado do que foi a história da sociedade ao qual estava envolvida.

O lócus dessa pesquisa é o Instituto criado sob a administração da Ordem Feminina Franciscana que se estabeleceu na cidade de Abaetetuba no ano de 1953 a convite da elite local para se estabelecerem a princípio como um educandário para meninas com caráter assistencialista e religioso tendo em como instrução principal a propagação da fé cristã e no decorrer dos anos foi-se acrescentando outras séries e a inclusão de meninos. A Ordem inicia seus trabalhos de educação com o compromisso de primar por uma educação exclusivamente feminina. O funcionamento se estabelecia de acordo com a disponibilidade de vagas de externato e internato para as meninas da cidade de Abaetetuba e de outras cidades da região do Baixo Tocantins devido à carência de escolas para moças na região.

Não podemos deixar de observar que este trabalho contribui para uma reflexão docente nos idos dos anos sessenta e os cursos de formação de professores em que é visível uma educação tecnicista do ensino superior e de uma ideologia conservadora ao qual a instituição educativa em que a professora estava vinculada predominava no século passado. Especificamos como ponto principal questões referentes à: a infância, vida

escolar na escola pública e privada, o caminho que levou a ser normalista, sua cidade e a profissão de ser professora.

A estrutura deste artigo está dividida em três partes: a primeira traz a importância dos arquivos pessoais para a historiografia; a segunda descreve a escrita da história de vida, características pessoais da normalista, a política atinente de 1946 quando se estabelece o decreto-lei para o curso normal a terceira e última parte os desafios de ser professora universitária.

OS ARQUIVOS PESSOAIS: MEMÓRIAS, HISTÓRIA E TEMPOS NA PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA

Creriosamente este trabalho é construído em parceria com arquivo pessoal da professora com fontes documentais como: histórico-escolar, livros, apostilas, fotos. Nesse sentido as fontes documentais irão nos ajudar a adentrar a instituição que fez parte constante na formação de nossa professora pesquisada. Devido a isso, podemos entender por meio do trabalho de Sanfelice que:

O desafio é entrar na instituição. É pouco relevante o caminho a ser escolhido. Posso chegar a instituição pela legislação educacional, pelo seu currículo, pelo seu quadro de alunos, pela sua proposta pedagógica, pela sua cultura manifesta, pelos trabalhos escolares, pela arquitetura do prédio, pelos professores que dela participaram, pelos ex-alunos, pelo mobiliário, pela memórias, pela historiografia preexistente ou por arquivos e fontes múltiplas (escritas orais, imagens, sons e outros). O que me dá o passaporte de ingresso é o conjunto de fontes que levanto, crítico e seleciono, e nenhum tipo de fonte deve ser interdito (SANFELICE, 2007, p. 77).

Dessa forma podemos, por meio das fontes acima, chegar a uma descrição e análise de como essa instituição religiosa pode nos mostrar a forma com que ela desenvolvia o ensino. A instituição católica que gere o Instituto é da Ordem Missionária Capuchinha Feminina. Sua vinda a Abaetetuba tinha como objetivo sanar as dificuldades que os pais das meninas apresentavam, pois no município não existia escola para moças. Esta dificuldade deixou de existir no ano de 1953 quando as freiras aceitaram o convite da elite local estabelecida na pessoa do prefeito e fundaram ali um educandário (ENSA) e posteriormente em 1965, passaram a se chamar de Instituto de Educação Nossa Senhora dos Anjos (INSA).

Logo no início da manhã as Irmãs Missionárias Capuchinhas aportaram em Abaetetuba cidade do estado do Pará conduzidas pelo barco Chiquinho Ferreira e acompanhada de grande e honrosa comitiva composta pelo Exmo

Reverendo D. Mário de Miranda Vilas Boas, DD Arcebispo Metropolitano; Frei José Maria de Manaus, esforçado vigário da paróquia, Reverenda Madre Josefa Maria de Aquiraz, Superiora Geral da Congregação, seis irmãs Terceiras capuchinhas, frei David de Miritiba, a Superiora da Casa de Santo Antônio e um estudante do seminário Arqueodocesano para fundar o educandário Nossa Senhora dos Anjos, grande aspiração do povo abaetetubense, liderado pelo prefeito da época Sr. Joaquim Mendes Contente (ANNO DOMINI, 1953, p. 7).

Na citação acima podemos observar que a chegada das religiosas traz a cidade um acontecimento marcante para todos. Vemos a igreja em peso e autoridades políticas comungando fervorosamente com este ato de comemoração. Segundo Silva (2020), a Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas foi fundada em 1904 em Igarapé-Açu, no Pará, pelos frades franciscanos italianos. Estiveram presentes na educação paraense durante 21 anos e logo que o contrato foi extinto com o governo do estado as irmãs foram deslocadas para o Maranhão. Em 1943 retornam para o Pará em trabalho de parceria com os frades franciscanos estando a frente do trabalho caritativo na Casa do Pão de Santo Antônio, próximo a igreja dos capuchinhos, prédio este fundado por eles na capital do Pará. Depois de 10 anos as irmãs são convidadas a fazer parte integrante da educação dos moradores do município visto que já estão instaladas há quase 70 anos na cidade de Abaetetuba.

O instituto foi instalado no centro da cidade, sendo apoiado pela elite local que dispunha de recursos para custear a educação de suas filhas, visto que o educandário não seria gratuito. Foi doado pelo prefeito da cidade às irmãs uma quantia de cinco mil cruzeiros para as despesas com promessa de recursos posteriores. O evento que precedeu a chegada das irmãs na cidade e toda uma comitiva religiosa e política nos mostra a influência que a igreja possuía sobre a sociedade de um modo geral. Segundo Aranha (1996), na fragmentação do império romano na idade média, a religião surge como elemento agregador. A influência além de espiritual torna-se efetivamente política levando chefes bárbaros a se converterem ao cristianismo. Podemos observar que o evento acima citado é uma herança cultural e passou a ser desenvolvida na maioria das cerimônias. Desde a idade média “a igreja não só exerce controle na educação, como na fundamentação dos princípios morais, políticos e jurídicos” (ARANHA, 1996, p. 71).

Adentrar na instituição é de importância principalmente buscar a história dessa professora contrastando com a educação da época e por meio de sua autobiografia tentar descrever como se tornou professora e o que a motivou a dar prosseguimento na área da

educação. Portanto vamos desfrutar de uma viagem no tempo descobrindo fatos importantes de um passado que pode vir a ser um reencontro com o presente.

Nesse sentido precisamos trazer o entendimento que os arquivos pessoais histórico escolar, livros, apostilas, fotos, certificado de conclusão de curso, que hora pode ser história de vida, autobiografia, não eram considerados importantes para a historiografia. De acordo com Gómez (2021), os arquivos de escrita popular, autobiográficos ou de vida cotidiana, nem sempre podem ser considerados como arquivos pessoais devido ser documentos considerados heterogêneos. Para o autor o rigor que se tem sobre arquivos não deveria ter essa condição visto que “falando de intervenções na recuperação e salvaguarda de um certo tipo de patrimônio escrito...têm a responsabilidade de conservar, classificar e transmitir a memória escrita” (GÓMEZ, 2021, p. 12).

Para a metodologia deste trabalho foi necessário a leitura da dissertação de mestrado da professora e uma análise minuciosa de seu acervo documental pessoal. Documentos que evidenciam sua trajetória e suas memórias carregadas de pensamentos, atos e sentimentos em que é colocada em existência sua história, sua personalidade, sua luta. Esta perspectiva é de fundamental importância na constituição de professores e professoras em seus múltiplos espaços e processos tão circunstancial sendo base identitária da profissão docente.

De posse dos documentos pessoais realizamos uma reconstituição dessa história que se deu como vestígios de uma escolarização constituída nos cursos por onde a normalista passou de forma a compor um quebra cabeça historiográfico. Definimos como recorte histórico o período de 1960 a 1971, período de sua formação docente. Demarcamos como marco na formação em questão a contribuição da memória como compositora dos processos, fato este que contribuiu consideravelmente para a constituição da trajetória pessoal da normalista.

A base deste estudo está ancorada na análise documental em que buscamos trazer reminiscências de uma professora primária, rememorações, narrativas de sua história e formação analisando o trabalho autobiográfico que produziu cheio de significações, recordações. Para Luchese (2018), trazer a público parte de nossas memórias é um ato livre já que quando se escreve podemos trazer elementos que nem sempre queremos partilhar publicamente. “Lembranças de professores e modos de ser e agir em sala de aula, de colegas, de experiências positivas ou negativas, de aprendizagem ou de dificuldades, enfim, múltiplas memórias” (LUCHESE, 2018, p. 11).

Nesse sentido, é interessante trazer uma breve discussão sobre memória, história e o tempo para entendermos a metodologia da história oral. Para Romero e Santos (2017) é de fundamental importância para a história oral atrelar três aspectos na discussão que são: a história, a memória e a entrevista. Juntas possibilitam que a memória seja ativada com o intuito de narrar e construir uma história de vivências experimentadas no passado.

Segundo Castanho (2016) remexendo nas concepções de história, memória e educação precisam-se de teoria. Para isso, o autor nos ajuda a compreender as relações de ambos como contribuição para a historiografia. Uma das falas taxativas é que sem memória não há história. Citando Tucídides, reforça que “a história narra o de que a memória se lembra” (CASTANHO, 2016, p. 155). Portanto, nossa pobreza atual é que não há mais necessidade do testemunho presencial do narrador, posto que foi substituído pelas fontes, documentos. Dessa forma “memória é aquilo que se lembra, acontecimentos, fatos, sentimentos, sensações e significados, tudo aquilo que passou pelo campo da percepção do indivíduo” (CASTANHO, 2016, p. 155).

Para o autor existe a memória individual e a coletiva e neste espaço nos é interessante trazer a memória individual em que para ele é;

Qual o papel da memória coletiva? A bem dizer, ela diz respeito à recordação de fatos, ditos, feitos, percurso e até mesmo de situações mais complexas envolvendo cheiros, como em Proust, sentimentos vividos, emoções, habilidades, artes do fazer, como dizia Certeau, em suma, tudo aquilo que, vindo do passado, se incorpora ao patrimônio profundo do indivíduo e que, em certo momento, é trazido à tona para se fazer intervenção no mundo presente (CASTANHO, 2016, p. 157).

As memórias aqui trazidas narram experiências de uma professora normalista na década de 60 que nos possibilitam ver e conhecer a história do seu lugar, suas relações, trajetórias individuais de uma experiência escolar singular que nos permitirá conhecer um tempo, uma cultura, uma forma de viver só possível pelas rememorações.

COM OS PÉS NO SONHO

Buscar entender a história de vida de uma professora normalista na década de 60 na cidade de Abaetetuba, município a cinquenta e um quilômetros da capital Belém e os caminhos iniciais percorridos nos situar como foi essa trajetória de vida de nossa professora pesquisada é o que nos propomos neste ensaio. Para isso, a cidade de nascimento deve ser citada por fazer parte da vida social da mulher professora, lugares

por onde passou sua infância, adolescência e vida adulta, lugares que frequentava, sua cultura, lugar de uma história de quem conta histórias.

É necessário detalhar neste espaço parte de suas vivências para que possamos entender a rede de experiências que nela se formou como indivíduo social, cultural. Abaetetuba nos anos que a professora começa sua vida social era representada fortemente por uma sociedade patriarcal cristã. Em seus relatos fica forte a referência de uma educação que primava pela obediência aos dogmas da igreja católica. Na sua infância, era comum o prefeito dirigir-se à população para pedir que colaborassem com a construção da igreja principal construída no centro da cidade. O trabalho pastoral desenvolvido junto às comunidades tinha reconhecido valor social.

À noite, os barcos, no intuito de pagar promessas ou de apenas colaborarem, vinham carregados de pedras que eram jogadas as margens do rio, na frente da cidade. Aí, o Sr. Contente mandava tocar os sinos a fim de que o povo, avisado, acesse para carregar as pedras (MACHADO, 1986, p. 13).

O cenário que podemos imaginar nesta citação se torna comum para todos que nasceram na Amazônia paraense e de modo geral em todas as amazônias que ao se deparar com atitude como essa era bastante coerente visto que fomos colonizados por portugueses. Para Souza (2019), desde o período colonial na Amazônia fomos marcados com a chegada dos europeus. Para o autor, “as investidas dos conquistadores plasmaram as razões históricas e sintetizaram a controvertida trajetória dos modelos coloniais na região” (SOUZA, 2019, p. 119).

Os portugueses sendo católicos iriam permitir que expandissem sua fé por onde quer que fossem. Esse foi o princípio norteador da formação do povo brasileiro em que se tinha o poder através da fé sendo usado para determinados fins. Esse detalhe fica visível na fala de nossa docente ao relatar que:

[...] fundamental para minha vida familiar, a igreja, associada a escola, foi vetor de conduta da vida moral da cidade. Devo as duas instituições: igreja e escola, todo o direcionamento de minha vida desde a infância. A primeira porque conduzia junto com a família a nossa vida religiosa; e esta, por sua vez, concretizou-se nos ensinamentos escolares sedimentados num educandário que circunscreveu minha formação no ensino primário, ginásio e normal (MORAES, 2001, p. 48).

Sobre sua vida escolar escreve:

Os rituais de entrada e saída da escola deixaram em mim lembranças agradáveis. Uma delas era o treino diário dos hinos pátrios que fizeram que não esqueçêssemos até os dias atuais. À entrada, todos perfilados cantávamos o Hino Nacional todos os dias e, cada dia junto com ele, alternadamente

entoávamos ou o Hino do Pará, ou o da Hino da Bandeira ou o Hino da Independência. Quase sempre o Hino Escolar também era por nós executado, e ainda hoje, em alguns momentos ressoa em meus ouvidos (MORAES, 2001, p. 72).

Neste exemplo é interessante verificar a forma como a educação tomava os rumos de uma inculcação, de uma ideologia baseada em valores nacionalistas tão comuns nos ideais das políticas oficiais e nas práticas educacionais lembranças que contribuíram para a formação crítica quando ela menciona estes anos vividos na primeira escola como: “[...] sequer sabíamos o significado daquele ritual e muito menos tínhamos a consciência da cidadania e de sua importância para viver em sociedade. Essas práticas mecânicas e impositivas ideologicamente tonalizadas” (MORAES, 2001, p. 73).

Ao se referir às memórias de sua inserção no instituto religioso nossa normalista intitula “com os pés no sonho” (MORAES, 2001, p. 74). No decorrer de sua narrativa podemos verificar que a escola era de difícil acesso para que não possui uma renda favorável. A instituição católica-cristã primava pela disciplina severa de um comportamento que expressava exemplar dentro e fora do local no seu modo de vestir, comportar, viver em sociedade sem desrespeitar os padrões morais vigentes.

A instituição educativa tinha o modelo de internato e externato para moças que não moravam na cidade de Abaetetuba. Dessa forma era muito requisitado e disputado em vagas. Aluna que vinha de uma família pobre não tinha condições de frequentar a escola religiosa. Instalado na cidade desde 1953 o instituto tem em sua clientela em 1958 a jovem aspirante ao ensino primário condição esta de ingresso por meio de subsídios do governo estadual que financiava bolsas de estudo as alunas carentes que frequentavam o curso primário.

No dia 15 de setembro de 1957, viajaram a Belém as Rodas. Irmã Ângela e Luciana. A finalidade da viagem é de a irmã Ângela entrar em entendimento com o professor Chuva, sobre o pagamento “das bolsas de estudo”. [...] No dia 2 de fevereiro de 1958, estive em visita de inspeção ao nosso ginásio o inspetor itinerante prof. José da Silva Chuva. Aqui demorou dois dias, realizando as provas de bolsas de estudo, sendo aprovadas 15 candidatas. Muito apreciou a boa organização e direção do estabelecimento, classificando-o como um dos melhores do estado (LIVRO DO TOMBO, 1958, p. 74).

Segundo Damasceno e Santos (1997) este episódio fica claro quando vemos na Constituição Paraense de 1947, no artigo 130 a referência significativa e de fácil percepção, quando o expediente trata que o estado repassaria verbas públicas para instituições particulares de caráter cultural, entre outras:

Art. 130. É dever do estado subvencionar e estimular os institutos e sociedades particulares e fins econômicos e culturais, que não objetivem lucros penicúários. Para esse fim será criado um Conselho constituído por cinco membros que servirão gratuitamente, de livre nomeação do governador, ao qual incumbirá o exame das necessidades e dos objetivos dessas instituições, sobre os quais opinará [sic] (CONSTITUIÇÃO PARAENSE, 1947, apud DAMASCENO; SANTOS, 1997, 68).

Esse sistema passou a ter em seu alunado os bolsistas. Fato este que marcou a professora:

[...] os bolsistas quase sempre eram filhas de fiéis católicos que não podiam pagar o ensino particular que pelo trabalho evangélico desempenhado junto a igreja local, eram escolhidos para participar da seleção feita pelo representante do governo. ...as bolsistas tinham a obrigação de lavar todo o prédio escolar. Seria uma forma de compensar os favores concedidos a esses necessitados de estudar em uma escola de elite (MORAES, 2001, p. 75).

No ano de 1958, o instituto iniciava a primeira turma de normalistas e essa fase no instituto ficou conhecida não mais como ginásial e sim Escola Normal. Em 1965 a aluna passou a frequentar o curso ginásial, na condição de bolsista. Nesse período foi convidada pela sua tia a ajudá-la em sua casa com alunos em aulas particulares e já ia sendo remunerada pela tia. Na quinta série do primário foi convidada para trabalhar como jardineira no instituto. Logo bem cedo começou a ter experiências no magistério, sendo instruída a desempenhar uma função que mais tarde viria a ser permanente.

Ficava encantada com o ambiente das salas de aula, decorado com motivos infantis e com muitos brinquedos educativos à disposição das crianças. Aquilo era tudo que eu sonhara. Crianças bem vestidas, bem nutridas, lanches deliciosos, livros de histórias infantis, jogos recreativos e um parquinho de diversão encantador.

Estudar em uma escola católica tem seus contratempos. Viver em uma cidade pequena também tem seus embaraços. Sendo católica praticante e participando de festas de quermesse, foi vista pelas irmãs superiores de mãos dadas com o namorado. Esse episódio foi suficiente para perder o emprego de jardineira. Então ela se pergunta: e as boas ações como aluna? Sua assiduidade, pontualidade no trabalho? Não era considerado? Nesse momento suas dúvidas começam a ser preenchidas com grande desilusão ao perceber preconceitos e falta de humanidade da parte das religiosas que sabiam de sua vontade de ser professora e a necessidade financeira de sua família que era ajudado com o salário que recebia.

O curso ginásial era frequentado somente por mulheres e consistia nas quatro últimas séries do ensino fundamental. As disciplinas que faziam parte da grade curricular

eram: biologia, química, português, desenho, literatura, educação artística, música, desenho latim e francês e nas duas últimas séries do ginásio era ministrado o inglês. Nos anos finais do curso ginásio de 65 a 68 podemos verificar que muitos acontecimentos foram decisivos em geral. A década de 60 impôs sua forma de viver em meio a muitos acontecimentos políticos no Brasil.

Um dos fatos desse período relatado pela professora é que:

As organizações sociais, o Partido Comunista, As Ligas Operárias e Camponesas representavam uma ameaça aos detentores do poder que armaram o chamado golpe militar de 64, quando os militares assumiram o governo federal. Aos acontecimentos políticos nacionais, como esses, eram pouco comentados. Quase não nos apercebíamos dos fatos que aconteciam no panorama nacional, a não ser pelo fato de as religiosas nos colocarem para orar pelos militares que nos livraram do comunismo, sem nos darem outras explicações (MORAES, 2001, p. 94).

Hoje falar do golpe de estado que foi armado em 64 pelos militares nos é um assunto conhecido e mais abordado nas escolas, mas na grande maioria das escolas católicas a atitude de invisibilizar o estado político do Brasil nesse período era normal. Podemos verificar entre outras ações que a professora relata que faziam inclusive orações como a “jaculatória” que é memorizada para determinada situação. Essa prática muito usada na idade média servia para obter intercessão dos santos para diminuir as penas a pagar no purgatório.

A jaculatória seria como um mantra, uma pequena oração, a cada mil repetições servia para a diminuição do tempo a ser purgado, depois da morte e ascender ao paraíso. Essa oração durante o golpe militar era: “Nossa Senhora Aparecida, padroeira do país, ajudai a levar o comunismo para longe do Brasil” (MORAES, 2001, p. 94).

Diferentemente do exemplo acima citado de uma ordem religiosa que fomentava a obediência ao sistema opressor de uma parte da história do país que trouxe muitas tristezas, tortura aos que eram submetidos os presos políticos, causando morte e desaparecimento de muitos estudantes, jornalistas, mulheres e homens que lutavam por uma liberdade de expressão e respeito por pensarem diferente. Jaqueline Jaques Cubas nos revela em seu trabalho intitulado “Hábito de luta: freiras, contestação e ditadura no Brasil” (CUBAS, 2019), a participação efetiva de religiosas em passeatas e manifestações, assim como sua resistência em não se calar diante da opressão dos militares deixando na historiografia contemporânea sua marca.

A autora chama a atenção de que era mais comum a participação de padres e bispos nas lutas pelos direitos humanos, contra a prática das torturas e a exacerbação da

violência pelo regime. Mas, o que chama a atenção da pesquisa é o fato de que poucos trabalhos tratam da participação de mulheres e, menos ainda, de religiosas. A pesquisa se baseia a partir de leituras feitas em jornais e revistas onde se pode observar o “envolvimento ativo de freiras em diferentes momentos e movimentos que tomaram as ruas e praças com o objetivo declarado de contestar determinadas práticas governamentais consideradas deveras abusivas” (CUBAS, 2019, p. 437).

Estes episódios na vida de nossa professora contribuíram para marcar sua vida para uma visão crítica do momento a que estava presenciando. Mesmo em uma escola católica repressiva não deixava de se expressar positivamente diante do que estava vivendo. Para isso relata um fato em sua casa com seu irmão mais velho sobre uma leitura que ele tinha trazido da capital enquanto era estudante da Universidade Federal do Pará intitulada “O capital” de um certo Karl Marx.

Isolado, lia muito compenetrado, fato que me chamou a atenção. Curiosa achava que era algo proibido. Quando parava de ler ele escondia. Li alguns trechos, fiquei impressionada com o que estava escrito e confesso que na época, não compreendia a que o autor se referia, era uma linguagem sofisticada para mim. Meu pai, ouvia diariamente os noticiários da rádio e ao descobrir que o livro estava em nossa casa, ficou apavorado pois o mesmo era considerado o manual dos comunistas, e ele se sentiu ameaçado com a presença da obra “maldita” (MORAES, 2001, p. 97).

Esses eram os anos de efervescência no Brasil onde se podia perceber em várias áreas da sociedade o surgimento de músicas, bandas, Bossa Nova, Jovem Guarda, guerras, tentativa de derrubada do regime militar. Época em que muitos brasileiros silenciaram e outros foram para a luta. Muitos morreram e muitos foram exilados. O período de reformas no ensino universitário em 1968 e primário, ginásial e colegial em 1971. Ao concluir o Curso Ginásial em 1968 foi convidada a substituir a professora de ciências assumindo uma turma do 3º ano ginásial. Ao concluir o curso ginásial realizaram uma grande festa de formatura. Para isso declarou:

Realizamos uma grande festa para marcar o evento, e também para nos despedirmos de algumas colegas que não querendo ser normalistas, e tendo condições financeiras, deslocar-se-iam para a capital do estado para prosseguir seus estudos na universidade. Foi celebrada uma missa solene para as alunas concludentes (MORAES, 2001, p. 107).

Neste momento, para a professora ficava a dura realidade de quem não tinha condições financeiras para arcar com os estudos na capital. Essa realidade é histórica e tem se manifestado em várias gerações tanto de homens quanto de mulheres. Ser ribeirinho ou ribeirinha precisava entender que os estudos em Belém eram para quem se

arriscava ou quem tinha dinheiro. Para uma mulher na década de 60 na cidade de Abaetetuba tinha duas opções nos estudos, ou era normalista ou era técnico em contabilidade. Essa difícil realidade é a de muitos jovens que pretendem cursar uma universidade pública na capital que, apesar do município ter um Campus federal e um Instituto federal, ainda assim não tem todos os cursos desejáveis que tem na capital.

SER NORMALISTA É SER PROFESSORA PRIMÁRIA

As bases da organização do ensino normal foi feito por meio do Decreto-Lei Nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946 e tem por finalidades:

Art. 1º. O ensino normal, ramo de ensino do segundo grau tem as seguintes finalidades:

1. Prover à formação do pessoal docente necessário às escolas primárias.
2. Habilitar administradores escolares destinados às mesmas escolas.
3. Desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância (BRASIL, 1946, não paginado).

A Lei 8530/46 no art. 1º na finalidade de prover a formação do pessoal docente necessário às escolas primárias foi a realidade de muitas mulheres que precisavam ter uma formação e se aventurar no trabalho de professoras. Seguir esses passos, preparava para o ingresso na profissão de professora. O município de Abaetetuba é conhecido como um município de professores/professoras. Muitos desses contingentes vieram dessa política de formação de professores elaborada para as primeiras décadas do século XX diante da necessidade de se dar conta da crescente população de analfabetos no país.

As professorinhas normalistas como eram conhecidas passam a ter um trabalho e uma responsabilidade que vai perpassar pela feminização da profissão docente em que a mulher era vista com destaque na sociedade, respeito social ao lugar na sociedade que estavam demarcando nesse período como também um bom casamento estava assegurado. Sobre esse legado a professora tem uma fala que:

Buscava-se mais as virtudes de uma professora polivalente da jornada tipicamente parcial e feminina, com salário considerado como algo complementar ao do pai ou marido, do que uma profissional com responsabilidades e encargos próprios desse trabalho...o magistério já tinha sido sentenciado a ser um trabalho de mulher e os cursos normais eram, na maioria dos estados brasileiros, o objetivo mais alto a ser aspirado por uma jovem mulher como forma de aprendizado para um futuro casamento e maternidade exemplar (MORAES, 2001, p. 109).

A legislação do curso normal de 1946 apresenta uma mudança e faz uma distinção entre dois níveis de formação que orienta da seguinte forma: o primeiro ciclo outorgou

aos concluintes o certificado de regente de ensino primário e o segundo ciclo expedirá o diploma de professor primário. Búrigo e Peixoto (2018) comenta sobre a experiência rio-grandense:

Dessa forma se estabelecem não apenas duas modalidades de formação, que outorgam diplomas de valores diferentes, mas uma verdadeira bifurcação no sistema de formação de professores primários. O curso de segundo ciclo, oferecido pelo instituto de educação, é a culminância de uma escolarização mais prolongada, envolvendo a passagem pelo prestigiado curso secundário, que tem historicamente a missão de preparar para o ensino superior (BÚRIGO; PEIXOTO, 2018, p. 24).

A experiência do curso normal no INSA tem direcionamento que o Decreto-Lei orienta. O Instituto Nossa Senhora dos Anjos era a única escola católica que poderia ministrar o curso de normalista na cidade. O curso não era oferecido em escola pública e depois do INSA a moça que almejava se tornar professora primária teria que estudar na capital em um instituto de educação designado para tal.

Diante disso, pela legislação o INSA deveria estar apto às normas designadas para promover a formação de professoras. Para isso deveria:

Da Organização Escolar, no Art. 47. Todos os estabelecimentos de ensino normal manterão escolas primárias anexas para demonstração e prática de ensino.

§ 1º Cada curso normal regional deverá manter, pelo menos, duas escolas primárias isoladas.

§ 2º Cada escola normal manterá um grupo escolar.

§ 3º Cada instituto de educação manterá um grupo escolar e um jardim de infância (BRASIL, 1946, não paginado).

Nesse sentido, nossa professora normalista traz rememorações do tempo de aluna em que ainda bem nova começou a ter experiências na docência no jardim de infância e na escola primária que ficava anexa ao instituto de educação mantido pela ordem religiosa. No decreto é visível a separação em dois tipos de formação que deveria ser adotado e quais suas demandas. Para isso, as normalistas ao se candidatar ao curso normal já teriam cursado o ginásio e ter sido submetido ao exame de classificação que era feito em todas as etapas.

De acordo com a legislação de 1946 do curso de formação de professores seria feito em três séries anuais ou em dois anos de estudos intensivos e cada etapa com sua grade curricular com as disciplinas designadas para cada etapa. Sobre isso podemos verificar que:

O currículo era dividido em disciplinas, distribuídos sequencialmente, organizado hierarquicamente e de acordo com os objetivos da educação do INSA, que era formação humanística-cristã. Os conteúdos considerados importantes e válidos, quase nada tinha a ver com nossa realidade. Aulas de Latim, Português e suas regras gramaticais. Literatura e seus movimentos mais importantes bem como seus autores e obras. Os conteúdos eram destituídos de aprofundamento teórico e reflexivo que lhes dessem substância crítica (MORAES, 2001, p. 110).

Nesse momento percebemos uma consciência mais madura dialogando com a realidade em que a professora estava inserida. A escola e seus ensinamentos fora da realidade em que vivia deixava-a inculcada de buscar cada vez mais entender e desfazer os conflitos. Para a normalista em seu ano de final de curso apresenta a seguinte conclusão:

Só agora compreendo que a escola, entre outros elementos de cultura, influencia a formação de valores através de ações pedagógicas, de ensino ou de educação, nos moldes do INSA, que apresentava uma violência não retratada no currículo, explicitada nos conteúdos programáticos e na organização do sistema escolar, mas que resultava em inculcações ideológicas, em formação de valores, em conceitos, normas disciplinares, discriminação de modelos de comportamentos, uso de metodologias de ensino e avaliação, objetivos, conteúdos e formas explícitas na prática do professor (MORAES, 2001, p. 114).

Dessa forma, podemos entender que as várias épocas que a professora viveu a sua formação foram momentos decisivos para uma ter uma visão crítica do que eram aqueles tempos difíceis de falta de liberdade e uma educação engessada em normas e dogmas que induziram corpos e mentes. Mas que apesar de uma educação que induzia a falta de liberdade e respeito, essas atitudes não foram suficientes para parar uma geração da qual participava. Poder estar envolvida neste trabalho proporcionou momentos de escuta singulares de um momento na história e a formação de professores a qual eram submetidos toda uma geração no século passado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percorrer a autobiografia de uma ex-aluna do INSA nos ajuda a adentrar a vida da pessoa como também a instituição em que ela se formou. A forma como nos aproximamos ajudou a desvendar partes de suas memórias, de sua formação, família, cidade em que morou, cultura, modos de pensar como também o curso normal do INSA e suas formas de atuação na formação de professores e professoras para atuarem nas escolas primárias do município.

Deixo aqui a satisfação que foi poder me fazer valer desta forma de pesquisa que contribui para fomentar outras mais e trazer a público tantas outras histórias. Nossa ex-aluna percorreu caminhos que só foi possível conhecer porque estas memórias foram trazidas ao conhecimento do público.

A importância de poder registrar essas memórias de um tempo em que se fazia a palavra “magistério” em um Instituto de Educação religioso e o que isso significava para sujeitos pobres, negros, mulheres é o que nos dispomos a dialogar neste momento. Quando fazemos essa comparação estamos nos permitindo mudanças significativas para professores de novos tempos. Este trabalho faz parte da história da educação do Pará que muito pode contribuir para novos tempos de uma educação que queremos, mudanças de práticas que se fazem necessárias em diferentes tempos da história da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa gratidão a professora Joserlina Raimunda Maués de Moraes que gentilmente cedeu sua autobiografia para que pudéssemos desenvolver este trabalho e com muita paciência contribui para a finalização deste artigo.

REFERÊNCIAS

ANNO DOMINI. **Fundação do Educandário “Nossa Senhora dos Anjos”**. 1953.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 1996.

BRASIL. Decreto-Lei n.8.530 de 2 de janeiro de 1946. **A Lei Orgânica do Ensino Normal**. Documento disponível na página eletrônica do planalto: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del8530.htm acesso em 18/11/2021.

BÚRIGO, Elisete Zardo; PEIXOTO, Fernando Augusto Braun. Aprender e ensinar: memórias de professoras normalistas. **EMR-RS**, 2018. N. 19, v.2, p. 21. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/189262> acesso em 20/10/2021.

CASTANHO, Sérgio Eduardo Montes. Memória, história e educação. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 16, n. 67, p. 154-164, 2016. DOI: 10.20396/rho.v16i67.8646115.

CUBAS, Jaqueline Jaques. Hábitos de luta: freiras, contestação e ditadura no Brasil. **Topoi (Rio J.)**, Rio de Janeiro, 2020, v. 21, n. 44, p. 435-453, maio/ago.

DAMASCENO, Alberto; SANTOS, Émina. **A educação nas constituições paraenses: um estudo introdutório**. Belém: Gráfica e Editora Universitária UFPA, 1997.

GÓMEZ, Antônio Castilho. Outras vozes, outros arquivos: A memória escrita das classes subalternas. **Cadernos de História da Educação**, v.20, p.1-23, e043, 2021. DOI: 10.14393/che-v20-2021-43.

LIVRO DO TOMBO. Arquivo das Irmãs Missionárias Capuchinhas. Abaeteuba/Pa, 1958.

LUCHESE, Ângela. Reminiscência do tempo de escola no ensino de história da educação: autobiografias, memórias e acervos familiares. **História em Revista**, 2018, 23(2), p. 7–20. <https://doi.org/10.5216/hr.v23i2.52238>.

MACHADO, Jorge Coutinho. Terras de Abaetetuba. Produção independente, 1986.

MORAES, Joserlina Raimunda Maués de. **Escritas de Histórias: formação e prática profissional em uma abordagem autobiográfica**. Dissertação de Mestrado, UNAMA, 2001.

ROMERO, Márcia Cicci; SANTOS, Sônia Maria dos. A história, a memória e a entrevista. **XII Encontro Regional Sudeste da História Oral** “Austeridades em tempos de (in)certezas : escutas sensíveis”, 2017.

SANFELICE, José Luís. História das Instituições Escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura, et. al. **Instituições escolares no Brasil: conceitos e reconstruções históricas**. 1ª ed. Campinas, SP: Autores Associados HISTEDBR, 2007, p. 316-320.

SILVA, Gercina Ferreira da. **Instituto Santo Antônio do Prata (1898-1921): missionários capuchinhos e a educação de meninas índias no município de Igarapé-Açu/PA**. 1ª ed. Belém: Folheando, 2020.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

Recebido em: 12/03/2022

Aprovado em: 15/04/2022

Publicado em: 21/04/2022